

**A. I. N.º** - 279692.0002/06-4  
**AUTUADO** - TELEMAR NORTE LESTE S/A.  
**AUTUANTES** - PAULO ROBERTO SILVEIRA MEDEIROS, RICARDO RODEIRO MACÊDO DE  
- AGUIAR e EDISON LEMOS  
**ORIGEM - IFEP SERVIÇOS**  
**INTERNET** - 04/09/2007

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF N.º 0278-03/07**

**EMENTA:** ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. Nos termos do Art. 156, inciso I do CTN extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, conseqüentemente, também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV, do artigo 122, do RPAF/99. Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração, lavrado em 26/12/2006, reclama ICMS no valor de R\$1.211.251,35, com aplicação da multa de 60%, pelas seguintes irregularidades:

Infração 01-Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias adquiridas para integrar o ativo permanente do estabelecimento. Consta na descrição dos fatos que o contribuinte efetuou remessa de bens do Ativo imobilizado para conserto, exposição e empréstimo e não comprovou o seu retorno, caracterizando a desincorporação. Tudo apurado conforme Anexo 01 que faz parte desse auto e cuja cópia foi entregue ao contribuinte. Total do débito: R\$962.516,95

Infração 02- Deixou de recolher ICMS em razão de remessa de bens para conserto, sem o devido retorno. Consta na descrição dos fatos que o contribuinte efetuou remessa de bens do Ativo Imobilizado para conserto, exposição e empréstimo e não comprovou o seu retorno, caracterizando a desincorporação. Tudo apurado conforme Anexo 02 que faz parte deste auto e cuja cópia foi entregue ao contribuinte. Total do débito: R\$62.506,11

Infração 03-Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a mercadoria adquiridas para integrar o ativo permanente do estabelecimento. Consta na descrição dos fatos que o contribuinte efetuou remessa de bens do Ativo Imobilizado para conserto e comprovou parcialmente o seu retorno, caracterizando a desincorporação. Tudo apurado conforme o Anexo 03 que faz parte desse auto e cuja cópia foi entregue ao contribuinte. Total do débito: R\$117.516,33

Infração 04- Deixou de recolher ICMS em razão de remessa de bens para conserto, sem devido retorno. Consta na descrição dos fatos que o contribuinte efetuou remessa de bens do Ativo Imobilizado para conserto e comprovou parcialmente o seu retorno, caracterizando a desincorporação. Tudo apurado conforme Anexo 04 que faz parte deste auto e cuja cópia foi entregue ao contribuinte. Total do débito: R\$ .489,44

Infração 05- Deixou de recolher ICMS nas saídas decorrentes de desincorporação de bens do Ativo Imobilizado do estabelecimento. Consta na descrição dos fatos que o contribuinte escriturou e apresentou Notas Fiscais de devolução sem a correspondente Nota Fiscal de Entrada, caracterizando a desincorporação de bens do Ativo Imobilizado. Tudo apurado

conforme Anexo 05 que faz parte desse auto e cuja cópia foi entregue ao contribuinte. Total do débito R\$61.222.52.

O autuado ingressou tempestivamente com impugnação ao lançamento do crédito tributário conforme docs. fls.103/110, vindo posteriormente a se manifestar pelo reconhecimento integral do débito e conseqüente desistência da defesa apresentada, conforme requerimento formal, devidamente protocolado, e documentos anexados aos autos, fl. 1.386.

Foram, também, juntados aos autos extratos de pagamentos gerados pelo SIDAT que confirmam a efetivação do pagamento, de acordo com os documentos de fls. 1392/1394.

#### **VOTO**

O autuado ao reconhecer o débito indicado no presente Auto de Infração e efetuar o respectivo pagamento, desistiu formalmente da defesa apresentada, tornando-a ineficaz, conforme previsto pelo Art. 122, inciso IV do RPAF/BA. Em conseqüência, fica extinto o processo administrativo fiscal, nos termos do Art. 156, inciso I do CTN e **prejudicada** a defesa apresentada, devendo os autos ser remetido à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e arquivamento do processo.

#### **RESOLUÇÃO**

**ACORDAM** os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADA** a defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração **nº 279692.0002/06-4**, lavrado contra **TELEMAR NORTE LESTE S/A.**, devendo os autos ser encaminhado a repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e o arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de agosto de 2007.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - RELATOR

OAMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA